

AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES COMO ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO: PELO DIREITO À AUTONOMIA FINANCEIRA E SOBERANIA ALIMENTAR

Ana Júlia Varela da Costa¹, Eloisa Slongo¹, Emylli Tavares do Nascimento¹,
Nádja Silva dos Santos¹, Roberto Efrem Filho²

Este estudo representa uma reflexão sobre a atuação do Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru, em seu eixo de Conflitos Territoriais Urbanos e Rurais, em parceria com o Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra (MST), especificamente com o setor de mulheres dos acampamentos Wanderley Caixe e Nova Esperança, localizados no Estado da Paraíba. O NEP se constitui enquanto extensão popular e, portanto, baseia suas atividades em práticas dialógicas buscando superar um modelo bancário de educação, usando o referencial teórico de Paulo Freire. As ações com as mulheres do MST se desenvolveram frente a um contexto de enfraquecimento da auto-organização nos acampamentos, decorrente dos obstáculos apresentados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, fundamentado pela divisão sócio-sexual do trabalho. Tal divisão está associada a uma classificação do trabalho em reprodutivo e produtivo. Este constitui as atividades vinculadas ao mercado, enquanto aquele retrata a reprodução social, que relega às mulheres os afazeres da casa e o cuidado com a prole, lhes sobrecarregando e excluindo da esfera de produção cultural, política e ideológica. Por conseguinte, a atuação do NEP com as mulheres do MST objetiva auxiliar na rearticulação da auto-organização, pois compreendemos esta como ferramenta indispensável para desenvolver o empoderamento, assim como a autoeducação e autoconsciência das trabalhadoras do campo, refletindo a prática metodológica sustentada na educação popular, empreendida pelo Núcleo e concretizada com oficinas, formações e rodas de diálogo. Para materializar nossa práxis, fazemos uso da dialética e da historicidade em nossos estudos, respaldando-os em referenciais como Heleieth Saffioti; Mirla Cisne, Gema Esmeraldo, Karl Marx, Friederich Engels, dentre outras/os. Diante do exposto, esperamos que nossas trocas com as mulheres do Movimento Sem Terra e a Universidade potencializem a percepção enquanto protagonistas e construtoras de sua própria história, como consequência dos espaços auto-organizados, estimulando-as a se fortalecerem enquanto categoria – mulheres trabalhadoras do campo- na luta coletiva. Este processo é essencial para experiências em grupo como em organizações de trabalho, associações e cooperativas de mulheres, que proporcionam renda e autonomia econômica, alterando as configurações dos papéis sociais femininos e rompendo com relações patriarcais. O reconhecimento, por parte do MST, da relevância dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, proporciona a alteração de estruturas sociais fundantes (machismo), bem como incide na modificação das práticas produtivas, resultando no interesse em pautas sobre soberania alimentar e a produção agroecológica com o protagonismo das trabalhadoras rurais, reforçando a luta pela reforma agrária, de modo a construir um modelo sustentável de produção para organização econômica e territorial. Além da perspectiva sócio-econômica, fazer a reforma agrária asseguraria que

1. Aluna do curso de Ciências Sociais, bolsista, anajuliavarela@live.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, eloissalongo@gmail.com; aluna do curso de Direito, colaboradora, emyllitavares@hotmail.com; aluna do curso de Ciências Sociais, colaboradora, silvanadja.96@gmail.com; 2. Orientador, CCJ, robertoefremfilho@gmail.com.

a função social da terra fosse acatada, algo que até então ainda não conseguimos efetivamente, embora a Constituição de 1988 intente promover o pleno desenvolvimento das funções sociais das propriedades urbanas e rurais. Os aspectos sócio-econômicos e jurídicos, antes estão calcados (ou deveriam estar) no respeito por parte do Estado da dignidade da pessoa humana que consiste em prover o básico para a subsistência, seja na forma de meios materiais para o próprio sustento, seja na forma do cumprimento de direitos arduamente adquiridos.

Palavras-chave: autonomia econômica, divisão sexual do trabalho, empoderamento, trabalhadoras do MST